

# GLOBALIZAÇÃO, POLÍTICA NEOLIBERAL E REFORMA NA EDUCAÇÃO

## *GLOBALIZATION, NEO-LIBERAL POLITICS AND EDUCATIONAL REFORM*

Antonio Carlos PINHEIRO<sup>1</sup>

Este texto foi organizado para subsidiar o debate realizado durante a II Conferência Estadual de Educação, promovida pela sub-sede da APEOESP de Indaiatuba-SP no dia 08/10/99. O trabalho apresentado visa contextualizar a realidade local e mundial, relacionando este processo com as políticas neoliberais de características sócio-econômicas e o impacto no ensino.

A velocidade das transformações em vários aspectos da realidade tem deixado muitas pessoas perplexas. Acompanhar este processo vai além do noticiário da mídia, exige uma constante reflexão crítica acerca das mudanças em curso, em toda sua amplitude.

O mundo moderno mundializou as relações entre os países, coisas, idéias, diminuindo as distâncias entre as localidades, alterando a vida social. A informação, por meio das novas e eficientes máquinas (TV por satélite, microcomputador, etc), é atualmente um sistema de dominação que se constitui um eixo político-administrativo sem precedentes para a vida cotidiana.

A globalização da economia generaliza o pensamento racional do ocidente. Ianni (1996:113), demonstra que hoje “...as mais diversas esferas da vida social são

*burocratizadas, organizadas em termos de calculabilidade, contabilidade, eficácia, produtividade e lucratividade”.*

A globalização não é homogeneização, nem um fato acabado, é um processo em marcha, enfrenta obstáculos, sofre interrupções, mas generaliza-se e aprofunda-se como tendência (Ianni, 1996). No processo de globalização da economia capitalista atual, os limites entre o nacional e o internacional tendem a se diluir e a relação interno-externo torna-se cada vez mais porosa.

Estas transformações em curso na política mundial, definem um enfraquecimento do Estado-Nação e uma crise geral de legitimidade das autoridades tradicionais do sistema internacional. A erosão parcial do Estado Nacional como centro regulador da vida social, fragmenta as sociedades nacionais.

O processo de internacionalização do capital e o desenvolvimento das forças produtivas, foram intensificados após o final da Segunda Guerra Mundial (1945), tendo como suporte, a ciência e a tecnologia. Os países capitalistas centrais, sobretudo os Estados Unidos da América, iniciam a descentralização do seu modelo produtivo, instalando indústrias em vários países do planeta, estabelecendo

<sup>(1)</sup> Mestre em Metodologia do Ensino. Professor e Coordenador do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

monopólios em diversos setores da economia. Por outro lado, o monopólio econômico, concentra e monopoliza também o conhecimento, a ciência, as novas tecnologias microeletrônicas, a pesquisa genética e a informação (Frigotto, 1999). O avanço tecnológico ampliou a capacidade de exploração dos recursos, criando novos produtos e hábitos de consumo na população mundial.

A internacionalização do capital, promovida pelas nações capitalistas ricas, dispersou geograficamente os modelos de produção, de tecnologia, de exploração da força de trabalho, de apropriação da natureza, de panejamento e de organização do mercado. Neste sentido, globalizaram-se as instituições, os princípios jurídicos, com base nos padrões sócio-culturais e nos ideais do modo de vida dos países dominantes. Milton Santos (1997) considera que vivemos no período *“técnico-científico-informacional”*. Fazendo aqui um paralelo, citamos uma nova modalidade na organização do pensamento e da produção, a tecnociência, que segundo Araújo (1998:11), caracteriza-se pelo *“...movimento de inovação permanente e investimento financeiro que recobre o planeta de novos artefatos tecnológicos e de novos mercados, e visa sobretudo assinalar uma interdependência entre ciências e a técnica no saber contemporâneo”*.

A globalização traz implícita a idéia de modernização. Na modernização estão presentes as idéias de democracia que inclui os direitos da cidadania e instituição das forças sociais. Apoiar-se em uma visão de bem estar geral, por meio da divisão do trabalho social e da produção, da economia e da liberdade (liberalismo e neoliberalismo). Mas, os processos de globalização e modernização, no contexto do capitalismo atual, produzem desenvolvimentos desiguais, desencontrados, contraditórios (Ianni, 1996).

A globalização tem se demonstrado um processo econômico de cima para baixo, uma nova ordem mundial que favorece o

consumismo. Uma conjuntura em que se globaliza o capital financeiro especulativo fragilizando as moedas nacionais (Frigotto, 1999). Este processo atinge a vida cotidiana. A globalização não significa distribuição dos bens materiais e culturais para todos, isto é, um modelo de justiça social, como apregoa a ideologia dominante. Este modelo tende a aprofundar as desigualdades sociais já existentes, pois substitui o conceito de universalidade pelo conceito de equidade. Esta visão, apoiada no neoliberalismo, possibilita que a educação seja oferecida para as pessoas segundo a sua “competência natural”, ou seja, é um modelo que valoriza o progresso individual pela competição entre as pessoas na sociedade.

A transferência dos modelos tecnológicos dos países capitalistas ricos industrializados para os países subdesenvolvidos iniciou-se na década de 50 e intensificou-se nas décadas de 60 e 70 como tem sido o caso brasileiro. Este fato cria centros de produção e de consumo, acarretando um aceleração das transformações sócio-econômicas, políticas e culturais.

O modelo implantado gerou intensos movimentos migratórios, êxodo rural, crescimento populacional e urbanização. Pela forma intensiva como foi instalado, este modelo desestruturou as sociedades tradicionais, ampliou a exploração dos recursos da natureza, provocou degradação ambiental, inchamento das cidades, desemprego e subemprego, violência, fome e pobreza. Atualmente cerca de 40% da população brasileira (64 milhões) se apropria de apenas 8% da renda nacional, segundo artigo de Aluísio Mercadante publicado na Folha de São Paulo de 03/10/99.

No contexto da globalização da economia, o neoliberalismo apresenta-se como uma construção hegemônica das nações capitalistas avançadas tecnologicamente. Não altera apenas os modelos econômicos já instalados. Este projeto significa uma reforma ideológica de nossas sociedades, pois os governos neoliberais não só transformam materialmente as realidades econômica, política, jurídica e social, mas propagam estas transformações como a única saída possível (Gentili, 1996).



A tecnologia avançou servindo o modelo econômico, visando a produtividade e o consumismo. O processo de internacionalização do capital, iniciado com as multinacionais, necessitava de mão de obra qualificada, a escola foi então “democratizada” em quantidade, caso das reformas do início da década de 70, sobretudo no Brasil.

O Estado é o suporte básico para a execução da política neoliberal. Na América Latina, o neoliberalismo iniciou-se no Chile com a ditadura Pinochet, na década de 70. No Brasil, o neoliberalismo começou no governo Collor, mas tomou dimensões relevantes no governo Fernando Henrique Cardoso. Na década de 90, o governo brasileiro iniciou um processo de abertura da economia, eliminando as restrições às importações e reduzindo a produção local. O ajuste neoliberal realizado pelo governo brasileiro se fez com base em três estratégias articuladas e ditadas pelos organismos internacionais: desregulamentação, descentralização/autonomia e privatização (Frigotto, 1999).

A desregulamentação interfere diretamente no papel do Estado, pois significa diminuir e até suprimir o maior número de leis, normas e regulamentos que asseguram direitos conquistados pelos trabalhadores, permitindo maior liberalização das relações do mercado. A descentralização e autonomia representam a criação de um mecanismo de transferência aos agentes econômicos, sociais e educacionais, a responsabilidade de disputar no mercado a venda de seus produtos e serviços (Frigotto, 1999).

O impacto da privatização tem sido notável e realizada de forma apressada voltada para a geração de capital imediato o que acabou favorecendo os grupos financeiros. A liberalização do mercado facilita o acesso de capitais privados nacionais e internacionais em setores estratégicos. O processo de privatização ocorre sem compromisso com a dimensão social e com a integridade nacional. A privatização dos serviços de energia e telecomunicações, por exemplo, tem gerado mais evasão de capital

para o país do que vantagens. Este setor tem forte participação dos investidores estrangeiros, que remetem os lucros e dividendos para o exterior, só este ano calcula-se cerca de US\$ 5 bilhões, segundo Lacerda, em entrevista na Folha de São Paulo dia 03/10/99. Por não gerarem exportações estes investimentos podem provocar um desequilíbrio na economia nacional.

Considerando o neoliberalismo uma profunda mudança no pensamento da sociedade, é evidente que o campo educacional é um dos focos centrais de intervenção. Para os neoliberais, a educação enfrenta uma crise de eficiência, de eficácia e de produtividade (Gentili, 1996). Os sistemas educacionais enfrentam uma crise gerencial e não de democratização, neste sentido as reformas administrativas são necessárias para regular a qualidade dos serviços educacionais. Também, a educação funciona mal porque foi estatizada. Segundo Gentili (1996:11), os neoliberais afirmam que “.. só a construção de um mercado educacional pode garantir a eficácia e a eficiência dos serviços oferecidos...”. Para os neoliberais, os culpados da crise são o Estado assistencialista e os sindicatos, que impedem o desenvolvimento de mecanismos de competição individual que garantem o progresso social.

O neoliberalismo é basicamente uma ideologia que professa a idéia de que tudo deve ser regulado e orientado pelo mercado. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado – o consumidor (Gentili, 1996). Este modelo de sociedade ancorada no mercado influencia as relações de trabalho fazendo com que “... a prosperidade dos trabalhadores dependerá de sua habilidade para comercializar suas habilidades e seu conhecimento e de sua sagacidade empreendedora num mercado global incontrolável” (Brown e Lauder apud Ball, 1999). Nesta visão, a capacidade competitiva de uma empresa e de uma nação se definem por seu dinamismo e flexibilidade para descobrir e ocupar determinados segmentos do mercado.

O Estado neoliberal é mínimo quando deve financiar a escola pública e máximo quando

define de forma centralizada o conhecimento oficial, que deve circular nos estabelecimentos educacionais. Existe um processo de centralização e descentralização concomitante (Gentili, 1996). A centralização de diretrizes na esfera federal aumenta a responsabilidade dos estados e municípios na implantação e gerenciamento das reformas educacionais. Desta forma, centralizam-se as decisões e descentralizam-se as responsabilidades. É a política da descentralização centralizada (Spósito, 1999). O governo escolhe os representantes para pensar as Diretrizes e Parâmetros Nacionais, deixando pouco espaço para o debate na sociedade e os educadores executam.

No neoliberalismo os países com grandes desigualdades sociais têm dificuldade de conduzir uma política econômica de inclusão social. Atualmente existe aumento do investimento estrangeiro pulverizado ao redor do mundo, aumento do comércio entre países, avanço tecnológico, principalmente na informática e telecomunicações. O crescimento do capital especulativo influencia o aumento das taxas de juros e os tributos pagos pelos setores médios e pequenos da sociedade. A dívida externa brasileira hoje é de US\$ 230 bilhões dos quais vencem, este ano, US\$ 50 a US\$ 55 bilhões, gerando uma forte necessidade de financiamento externo para cumprir esses compromissos (Lacerda, 1999).

Atualmente, os mesmos princípios utilizados na condução da política econômica têm sido utilizados na educação, como produtividade, relação custo-benefício e diminuição dos gastos. A qualidade na educação é definida pelo mercado, este processo tem ampliado o subemprego e desemprego e as disparidades regionais. O neoliberalismo tem transformado a educação em mercadoria. O sistema educacional deve converter-se ele mesmo em mercado, assim devem ser consultados, para dirigir o ensino, aqueles que melhor entendem do mercado. Para ajudar a escola sair da improdutividade e ineficiência, são convocados os homens de negócios e os especialistas e

técnicos fornecidos pelo Banco Mundial (Gentili, 1996).

Na década de 80, apesar da profunda crise que o Brasil vivia, havia um sonho entre os educadores de construir uma escola democrática. Mas o governo federal continuou alinhado ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e ao Banco Mundial. Atualmente as políticas educacionais ditadas pelo governo são delineadas pelos países centrais capitalistas, com apoio das instituições financeiras acima. Esta visão produtivista, segundo Frigotto (1999-8), tem o papel de “...desenvolver **habilidades de conhecimento, de valores e atitudes e de gestão de qualidade**, definidas no mercado de trabalho, cujo objetivo é formar em cada indivíduo, um banco de reserva de **competências** que lhe assegure **empregabilidade**” (grifos do autor).

No contexto do neoliberalismo, as políticas de formação de docentes se configuram como pacotes fechados de treinamento, planejados de forma centralizada sem participação do grupo de professores envolvidos no processo de formação e apresentando alta transferibilidade, estes podem ser aplicados em diferentes contextos geográficos e com diferentes populações (Gentili, 1996). São sistemas de treinamentos rápidos com grande poder disciplinador e altamente centralizados em seu planejamento e aplicação.

A proposta atual do governo federal para a formação de professores está embasada na criação dos Institutos Superiores de Educação. Esta proposta também obedece às políticas definidas pelo Banco Mundial, que visa diminuir os custos do Estado, formando, assim, profissionais a curto prazo. Estas políticas são expressas nas seguintes propostas: diferenciação do papel da Universidade que passará a produzir ciência e desenvolver pesquisa, enquanto os Institutos Profissionais e Politécnicos, separados da Universidade, farão cursos mais curtos e com custos mais baixos. O Estado deverá diminuir sua presença no ensino de nível médio e no ensino de nível



superior, os quais serão entregues à iniciativa privada. O Estado neste contexto, dará prioridade para o ensino fundamental, cuja responsabilidade pela execução fica a cargo dos municípios (descentralização).

Os professores, formados em Institutos Superiores de Educação, farão inicialmente um curso básico e, posteriormente, algumas disciplinas específicas para a Licenciatura escolhida (Geografia, Português, Matemática, História, Ciências...). Este curso completo poderá ter a duração de 3 anos. Ao suprimir os cursos de formação de professores das Universidades, o governo desprestigia ainda mais a profissão. Se esta concepção for adotada, o ensino superior tende a ficar mais elitista. Parece que os idealizadores desta política já definiram que a maioria da população não terá acesso ao ensino superior, deste modo, para formar um "cidadão comum" que possa competir no mercado de trabalho basta um professor "comum".

A reforma no ensino superior transforma a Universidade em uma prestadora de serviços para o setor empresarial. A autonomia universitária nesta perspectiva, especialmente da pública, segundo Chauí (1999), se reduz *"...à gestão de receitas e despesas, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho... a autonomia significa, portanto, gerenciamento empresarial da instituição..."*. A autora também aposta que a flexibilização delineada pelo governo federal representa a ampliação dos contratos temporários dos professores e funcionários, simplificação dos processos de compras e captação de recursos, adaptação dos currículos às necessidades do mercado, separação da docência da pesquisa. A qualidade é definida pela competência e excelência, medidas pela produtividade. A pesquisa e a organização dos cursos das Universidades estarão vinculados aos interesses financeiros e mercadológicos imediatos e não orientados na direção da busca de alternativas para o efetivo desenvolvimento da sociedade brasileira atual considerando as suas características específicas.

Uma das soluções apontadas por vários educadores é a busca e o reforço da organização coletiva. Esta estratégia pode ser a alternativa para a articulação da educação com os demais processos de desenvolvimento social e consolidação de relações sociais verdadeiramente democráticas. No Brasil, isso significa enfrentar incisiva e radicalmente a exclusão sócio-econômica sob todas as suas formas, processo no qual a educação tem dupla participação: como um dos determinantes, mas também como uma das formas de enfrentamento e de possível superação (Kuenzer, 1998). O professor não é apenas um distribuidor de conhecimento socialmente produzido, este profissional deve ser um produtor de ciência.

O eixo de formação do professor é o trabalho pedagógico escolar e não escolar, tendo em vista a sua especificidade. A docência é o ato educativo intencional, assim a ação docente é o centro da formação profissional. A formação não deve apenas atender às exigências imediatas do mercado, mas possibilitar que o profissional contribua para a construção da cidadania efetiva. Na visão de Kuenzer (1998), as competências necessárias para que este profissional possa intervir na sociedade são: teórica - domínio dos conhecimentos científicos; prática - capacidade de pensar, coordenar, propor, orientar e executar o trabalho pedagógico; político-social - compreensão de que a prática profissional está inserida num contexto social mais amplo; inter-relacional - compreensão dos profissionais como seres sociais que se entendem a si mesmos e ao grupo social na dinâmica afetiva. Estas competências serão evidenciadas na formação do professor se forem assentadas na prática de pesquisa.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apresentam alguns avanços, mas segundo vários autores (Gentili, 1996; Spósito, 1999; Frigotto, 1999) contém uma linguagem academicista e única para todo o país. Este material infelizmente destina-se a uma minoria de professores bem formados e é um texto teórico demais para professores que ainda

fazem uso do livro didático. Os PCNs publicados pelo governo, na atualidade reforçam a necessidade da formação permanente do professor para que este possa fazer uma leitura crítica.

Os temas transversais são um avanço, entretanto, da forma como estão sendo impostos nas escolas, acabam autoritários. Falta proporcionar aos professores momentos de reflexão, valorizando a interdisciplinaridade e os trabalhos coletivos, pois ainda prevalecem nas escolas adivisão estanque entre as disciplinas. A transversalidade é a possibilidade de estabelecer relações entre o conhecimento sistematizado e com a realidade.

Os PCNs construídos sem a participação do professor podem ser vistos como mais uma proposição curricular onde o docente deve optar pela sua implementação. Para que a educação seja democrática, é importante que as diretrizes e a organização das políticas para a educação, sejam resultantes de um projeto que envolva toda a sociedade com mecanismos de democracia e cidadania, que viabilizem o acesso aos bens econômicos e culturais às maiorias excluídas (Frigotto, 1999).

O contexto atual da globalização apresenta desafios para a sociedade. A complexidade posta pelas novas tecnologias, a velocidade das transformações que esta acarreta, as incertezas nos paradigmas tradicionais jurídicos, científicos e políticos, tendem levar as pessoas à desesperança quando se pensa em uma educação democrática e emancipadora. É importante destacar que a educação é um processo que vai além da escola. O aprendizado ocorre em diversos tempos e espaços. Deste modo as organizações sociais (sindicatos, associações...) cumprem um papel pedagógico fundamental na criação e no avanço de alternativas para o necessário desenvolvimento social.

A educação segundo Goergen (1999:11), deve ser um meio para as pessoas se encontrarem enquanto sujeitos, para o autor, o

estudo "... precisa inserir-se no restante da existência, nas demais dimensões do ser pessoa no mundo com os outros. Inserir-se, portanto, na dimensão social, ecológica, moral e estética da vida." O ensino deve, antes de mais nada, constituir-se em um instrumento de justiça e inclusão social.

## Bibliografia

- ARAÚJO. Hermetes Reis de. *Tecnociência e Cultura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- CHAUÍ. Marilena. *A Universidade Operacional*. Caderno Mais, Folha de São Paulo, 09/05/99.
- BALL. Stephen J. Cidadania Global, consumo e política educacional. In: *Cadernos de Subsídios*, SP: APEOESP, 1999.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Tripluca remessa de lucros para o exterior*, 03/10/99.
- FRIGOTTO. Gaudêncio. Educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural. In: *Revista de Educação*, n. 10, Abr/1999, SP: APEOESP.
- GENTILI. Pablo. *Neoliberalismo e educação, manual do usuário*. In: Escola S.A., Brasília: CNTE, 1996.
- GOERGEN. Pedro. Universidade: a busca de uma nova identidade. In *Seminário Desafios à Universidade: uma reflexão necessária frente às Diretrizes Curriculares*, Campinas: APROPUC, 1999.
- IANNI. Octávio. *A sociedade Global*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- KUENZER. Acacia Z. (org.). *A Formação dos Profissionais da Educação: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais*. Salvador: Fórum de Diretores das Faculdades de Educação, 1998.



LACERDA, Antonio Corrêa. Conjuntura Nacional. In: *Boletim CR/RE*, Ago/1999, São Paulo: APEOESP.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SPÓSITO, Maria Encarnação B. PCNs para o ensino de Geografia: pontos e contrapontos para uma análise. In: *Reformas no Mundo da Educação*, São Paulo: Contexto, 1999.